
OPERADORES E PARADIGMAS ECLESIAIS NA FORMAÇÃO DO CLERO*

Sílvio José Benelli

Resumo: neste artigo resenhamos o diagnóstico que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2004) traçou quanto à situação do clero no Brasil. Em seguida, buscamos elementos que nos fornecem um contexto socioeclesial para as dificuldades encontradas: estudamos o discurso oficial sobre a formação sacerdotal e analisamos alguns paradigmas eclesiais divergente e contraditórios, procurando detectar seus efeitos em termos de produção de subjetividade e sua influência nos estabelecimentos de formação do clero.

Palavras-chave: psicologia social, paradigmas eclesiais, formação do clero

DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS NA VIDA E NO MINISTÉRIO DOS PRESBÍTEROS NA IGREJA DO BRASIL SEGUNDO A CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Os bispos explicitaram sua preocupação com o tema da espiritualidade e da fraternidade presbiteral, refletiram também sobre os diferentes modos de ser presbítero na Igreja de hoje, focalizando o papel do padre na sociedade brasileira, e finalmente a questão de um necessário aprimoramento humano e cristão do clero (CNBB, 2004). Em cada aspecto, apresentaram uma constatação dos desafios atuais, uma reflexão doutrinal que ilumina o tema tratado e pistas de ação e encaminhamento.

A espiritualidade presbiteral diocesana centrada numa forte experiência de Deus é bastante incentivada pelos bispos, que constata aspectos positivos e negativos nessa área: há muitos padres buscando uma vida de oração intensa e outros que apresentam menos sensibilidade espiritual.

Elementos centrais da espiritualidade presbiteral seriam: a identificação amorosa com Jesus Cristo, para exercer em seu nome o serviço pastoral ao povo de Deus; o aprofundamento da sua consciência vocacional de ter sido escolhido por Deus e chamado pela Igreja para ser consagrado ao ministério sacerdotal numa determinada diocese; a prática da oração pessoal, cultivando a intimidade com Cristo; a celebração diária da Eucaristia e a adoração ao santíssimo sacramento; a celebração da Liturgia das Horas; a prática da confissão sacramental dos próprios pecados; a busca de alimento na palavra de Deus; a disponibilidade para o serviço; a prática das Bem-Aventuranças; o cultivo de uma espiritualidade mariana, com oração diária do rosário e sua inserção na religiosidade popular da comunidade (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil 2004, p. 12-15). O grande desafio é cultivar a espiritualidade como dimensão central e organizadora do sentido da vida e da prática do clero.

O ideal da fraternidade presbiteral é obliterado por causa de desafios complexos da sociedade atual: desestruturação da família nuclear tradicional, produzindo jovens desintegrados da dimensão afetiva; o egoísmo materialista mina as possibilidades de uma convivência solidária; a sede de poder e de domínio geram competição e arrivismo social até entre os membros do clero, contagiados pelos valores do mundo atual. Por isso, a fraternidade presbiteral deve ser cultivada e desenvolvida, com base no modelo da Comunidade Trinitária (CNBB, 2004).

Os vários modelos de atuação dos padres devem ser focalizados e integrados com base na sua identidade fundamental, cujo modelo é Jesus Cristo, o Bom Pastor. É preciso superar “os desvios que significam o funcionalismo e o clericalismo no exercício do ministério, bem como a tentação do aburguesamento e do medo diante de situações complexas que o mundo atual apresenta” (CNBB, 2004, p. 23).

O conhecimento profundo da realidade nacional é importante para enfrentar os grandes desafios pastorais:

situações de extrema pobreza, miséria e desemprego, a problemática agrária, a questão indígena e carcerária e a desestruturação da família. Os profissionais liberais, os empresários e os formadores de opinião também exigem uma presença da Igreja (CNBB, 2004, p. 25).

Para isso, os bispos convidam seminaristas e padres a assumirem a reorganização das pastorais sociais com base na opção evangélica pelos pobres.

As pastorais sociais estão atravessando momentos de perplexidade, nem sempre contando com o apoio dos pastores da Igreja. Constata-se também que muitos presbíteros se distanciam das grandes causas sociais com as quais a Igreja está comprometida (CNBB, 2004, p. 25).

Os bispos propõem também a busca de um aprimoramento humano e cristão do presbítero, constatando diversos problemas na dimensão afetiva e sexual do clero: há desequilíbrios psico-afetivos e bloqueios afetivos sexuais, dificuldades na integração global das diversas dimensões da personalidade no processo formativo, o individualismo e o isolamento, que são obstáculos para a vivência da amizade; a vivência do amor alocêntrico e desinteressado para com todas as pessoas na prática do celibato como opção livremente escolhida por causa do Reino, que precisa ser cultivada desde a formação inicial (CNBB, 2004).

Há “comportamentos incompatíveis com a vida e o ministério do presbítero” explicitados pelos bispos (CNBB, 2004): trata-se de comportamentos que prejudicam de maneira séria a missão e a vida, tanto do padre quanto da comunidade na qual ele se encontra, que podem remeter a desequilíbrios de personalidade.

Apontam para a imaturidade humano-afetiva causadora de atitudes e reações egocêntricas e associadas não condizentes com a vocação sacerdotal. O narcisismo cultural contemporâneo seria uma das causas de atitudes inadequadas do clero. “Escondem, no fundo, uma contradição entre o que um presbítero deveria ser e fazer e o que é e faz de fato” (CNBB, 2004, p. 32).

Haveria comportamentos impróprios no cotidiano que trazem problemas para o bom andamento do serviço pastoral e para as comunidades: problemas de ‘faltas de caráter’ que ficam ocultos durante a formação e explodem quando o padre passa a exercer o ministério; alcoolismo, drogadição, estilo de vida consumista e perdulário; “quando o acesso ao dinheiro é facilitado pelos cargos exercidos, todos esses comportamentos podem agravar-se. Podem surgir também o vício do jogo e uma espécie de dupla pertença” (CNBB, 2004, p. 33).

Os bispos constatam ainda a presença da depressão, a baixa autoestima, o isolamento e a retração com relação aos colegas e ao povo; sentimentos de fracasso e desmotivação, como fatores que podem levar ao estresse pessoal e pastoral. Aparece a tendência ao autoritarismo e auto-suficiência, criando tensões interpessoais e grupais no presbitério diocesano e até com repercussões psicossomáticas.

No plano moral, mencionamos a irresponsabilidade quanto aos bens postos pela comunidade e pela diocese a serviço da pastoral. Por vezes se trata de despreparo e inexperiência administrativa. As mais das vezes, porém, o que existe são abusos que raíam à desonestidade (CNBB, 2004, p. 33).

Os bispos denominaram esse fenômeno de “dinheirismo” e o associaram com o consumismo e o narcisismo hodierno. Pode também estar associado a uma necessidade de poder e sempre traz conseqüências desastrosas para a paróquia e para a diocese. Haveria ainda padres quase sem fé que ainda permanecem exercendo o ministério. Em algumas dioceses e em seminários aparecem grupos de padres e seminaristas que se reúnem por afinidades homossexuais (CNBB, 2004), comportamento tido pelos bispos como problemático.

A preocupação “com a formação dos futuros presbíteros” aparece constantemente no texto da CNBB (2004). Muitas das causas dos problemas do clero atual são remetidas ao processo formativo, supondo-se que poderiam ser evitadas com uma formação adequada dos seminaristas, numa prática intensamente preventiva. Os bispos indicam ainda a importância do acompanhamento dos casos problemáticos, buscando sua superação; casos especiais poderiam exigir a redução do presbítero ao estado laical, de acordo com o Código de Direito Canônico; a atenção ao Direito Penal brasileiro; o cultivo da formação ética e moral dos futuros padres; preparação para a dimensão burocrática, legal, contábil e administrativa da vida eclesial; a criação de serviços de apoio psicológico e “dar proteção às vítimas desses abusos em conformidade com a lei e em nome da justiça e da caridade” (CNBB, 2004, p. 37).

Para a compreensão dessas questões que se verificam na vida do clero brasileiro, é preciso pensar dialeticamente no processo de produção da subjetividade desse ator social, atentando para as múltiplas direções dos eventos sociais, produtos e ao mesmo tempo produtores de modos de existência social (BAREMBLITT, 1998; COSTA-ROSA, 2002; BENELLI, 2006). As intersecções entre os planos sociohistóricos, culturais, religiosos e institucionais são múltiplas e seus efeitos também o são. Mas parece haver uma forma de produção social hegemônica, alinhada ao modo de produção capitalista contemporâneo, matriz de modalidades de existências contrárias aos valores fundamentais da vida presbiteral na igreja católica. Caso as instituições de formação estejam alinhadas com essa máquina de sobrecodificação da subjetividade, não é de se admirar os frutos que se produzem.

OPERADORES DA FORMAÇÃO SACERDOTAL SEGUNDO O DISCURSO OFICIAL INSTITUCIONAL

Vamos descrever os operadores de produção de subjetividade no seminário católico que se localizam no plano discursivo oficial. De uma perspectiva psicossocial, é preciso considerar inicialmente que o 'ambiente sociohistórico e eclesial contemporâneo' se constitui num importante pano de fundo que influencia a formação sacerdotal seminarística. O seminário católico está submetido às autoridades episcopais e às diretrizes pontifícias; é muito sensível à política oficial implementada pela hierarquia eclesiástica.

O contexto social, a localização territorial, o ambiente institucional, incluindo as condições gerais de vida, moradia, trabalho e lazer, podem ser considerados elementos produtores de subjetividade. O estudo do contexto social, considerado amplamente, pode nos ajudar a entender quem são os sujeitos em questão. A rede construída por processos jurídicos, institucionais, socioeconômicos e socioorganizacionais tece e ao mesmo tempo é tecida pelos atores sociais. Assim, é possível estudar as contradições gerais da sociedade para compreender a produção de subjetividade num contexto institucional determinado, tal como um seminário teológico católico.

Situar as opiniões, crenças e concepções que os sujeitos formulam a respeito de sua vida no ambiente institucional num contexto social amplo (tanto na dimensão estrutural quanto conjuntural) pode nos possibilitar sua melhor compreensão. Então podemos buscar as brechas, as linhas de fuga, as possibilidades instituintes do momento, procurando potencializar a afirmação de grupos sujeitos em direção ao exercício da cidadania coletiva.

Tacitamente, as questões do poder, da política, do controle e da dominação estão excluídas dos diversos discursos relativos à teoria e à prática formativa para o sacerdócio. Entendemos que ignorar tais dimensões da realidade impede o adequado equacionamento dos diversos problemas com os quais podemos nos deparar num estabelecimento de formação como o seminário teológico católico.

As instituições, sejam quais forem, não podem produzir aquilo ou apenas aquilo que as boas e ingênuas intenções pedagógicas desejam: elas produzem o que podem, de acordo com sua origem histórica, com a finalidade para a qual foram inventadas e com a estrutura que implementaram para atingir seus objetivos, concretizando-se em estabelecimentos específicos. As instituições foram criadas para desempenhar determinadas funções sociais e nem sempre essas funções são explícitas ou positivas, podendo inclusive conflitar com os discursos e projetos institucionais oficiais.

Os fundamentos teológicos da formação presbiteral se encontram na Bíblia e na doutrina da Igreja consignada em seus documentos: textos do Concílio Vaticano II (Igreja Católica, 1982), dos últimos Papas, das conferências episcopais latino-americanas e brasileiras. As disposições oficiais para a formação sacerdotal estão contidas na *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* (Igreja Católica, 1985), no Código de Direito Canônico (Igreja Católica, 1983) e na Exortação Papal *Pastores Dabo Vobis* de João Paulo II (1992). Esse conjunto de documentos forma o plano discursivo oficial da igreja católica quanto ao processo formativo sacerdotal, contendo as orientações teológicas relativas ao presbiterato e seus desdobramentos pedagógicos, psicológicos e espirituais que devem ser implementados nos estabelecimentos dedicados à formação do clero.

A EDUCAÇÃO DOS JOVENS VOCACIONADOS NO SEMINÁRIO SEGUNDO A *RATIO FUNDAMENTALIS*

A *Ratio Fundamentalis* é o documento básico e universal que traça os parâmetros do processo formativo do sacerdote católico (IGREJA CATÓLICA, 1985). Nela, o seminário é a principal, necessária e útil instituição indicada para a formação dos futuros padres.

A concepção de homem que parece emergir desse documento é a do sujeito individual, dotado de consciência pessoal, inteligência, valores próprios, autonomia e liberdade de escolha, passível de percorrer um processo maturacional mais ou menos retilíneo, da imaturidade juvenil para a maturidade adulta, comprometida e responsável. Sujeito individualizado, dotado de personalidade interior, portador de um psiquismo privado (consciência inviolável), de uma identidade permanente, estável e específica. Sujeito da consciência, possuidor de livre-arbítrio, sujeito centrado no ego.

Esse é o perfil e protótipo do homem moderno, habitante específico da moderna civilização capitalista, elevado à condição de objeto natural. A imagem do “homem liberal” como categoria universal: uma modalidade de homem construída recentemente é assumida como a própria natureza humana. Um tipo de homem é identificado com o ser mesmo do Homem, como a essência da humanidade.

Nessa crença, a Igreja se assemelha a inúmeras outras instituições e práticas sociais desenvolvidas ao longo do século XX. Partem de um homem idealizado, tomado como padrão normativo e normatizante, índice produtor de normalização e normalidade social. É possível mapear o processo de construção do homem moderno como objeto de poder modelado por di-

versas práticas micropolíticas e como sujeito produzido por múltiplos saberes objetivantes e subjetivantes.

É assim que a *Ratio Fundamentalis* analisa a situação atual dos jovens em relação à educação, elencando suas virtudes: sujeitos individuais pensantes e homens modernos, possuidores de um

desejo ardente de sinceridade e verdade nas diversas manifestações de sua alma, propensos a todas as novidades e manifestações insólitas; valorizam o mundo e o progresso técnico e científico, desejam mergulhar no mundo e trabalhar nele, são solidários com os pobres e têm espírito comunitário. [Também diagnostica seus defeitos:] desconfiam das tradições, são inseguros nas suas resoluções, inconstantes, lhes falta docilidade (o que dificulta o crescimento espiritual), têm um caráter difícil e crítico para com a autoridade e as diversas instituições civis e eclesiais (IGREJA CATÓLICA, 1985, p. 332-3).

Quadro demasiado calcado nos estereótipos psicopedagógicos relativos aos adolescentes atuais. Além disso, o documento afirma que os jovens valorizam profundamente a dignidade da própria pessoa (pois são altamente individualizados e individuados, sujeitos modernos) e também apreciam muito a realidade e os homens desse mundo, possuidores de ‘indubitáveis valores’, mas são cada dia mais secularizados e manifestam indiferença religiosa.

O perfil do jovem contemporâneo exige que no seminário se tenha maior consideração da pessoa, se supere o convencionalismo injustificado, se ordene tudo para a verdade e caridade, se abra entre todos um verdadeiro diálogo, se estimulem freqüentes comunicações com o mundo de acordo com a justa necessidade da reta formação, que se justifique a verdadeira razão das ordens e exigências, realizadas com plena liberdade (IGREJA CATÓLICA, 1985, p. 333-4).

Trata-se de novos elementos que devem enriquecer o trabalho pedagógico formativo, acolhendo alguns elementos da “antiga disciplina” e apoiando-se na confiança e compreensão mútuas, a partir de uma “reta noção de liberdade” e de uma clara distinção entre os meios e os fins da educação.

A liberdade sofre aqui uma redução a um valor psicológico apenas, liberdade subjetiva e de escolha individual. Não é liberdade de participação política. É uma liberdade formal e abstrata, situada num contexto institucional, desenhado previamente de acordo com o “objetivo do bem comum

e da vontade de Deus”. Ali os jovens aprenderão o verdadeiro sentido da liberdade e da autoridade.

Entendemos que o paradigma pedagógico tipicamente religioso é o tradicional e disciplinar, baseado na autoridade e mestria do superior hierárquico. O “discurso do mestre”, detentor do saber e da verdade, bases de suas prerrogativas e poderes, parece ter sua origem na religião. Ora, diante de um personagem liberal como o homem moderno, é preciso adaptar-se pelo menos no plano discursivo, fazendo concessões estratégicas que abrem um espaço, ainda que formal, em que se admite o respeito à pessoa humana, o valor do diálogo e da participação.

De um lado, temos um jovem considerado como um cidadão da moderna sociedade secular e, do outro, temos o estabelecimento do seminário que o acolhe, duas totalidades completas e independentes, que passam a interagir numa perspectiva francamente funcionalista. Pensamos que instituições e estabelecimentos são produzidos e reproduzidos no bojo mesmo das práticas e discursos cotidianos de seus diversos atores: agentes institucionais e clientela.

Do ponto de vista teológico e doutrinário, a vocação ao sacerdócio é considerada como um dom de Deus concedido a alguns homens para o serviço da Igreja (IGREJA CATÓLICA, 1985). A Pastoral vocacional é o instrumento eclesial de fomento, promoção e acompanhamento do despertar vocacional nos jovens. A Igreja entende colaborar com a ação do Espírito Santo ao suscitar novas vocações sacerdotais para assim renovar seus quadros clericais e perpetuar sua existência e missão evangelizadora.

A finalidade do seminário menor é “ajudar os adolescentes que pareçam apresentar germes de vocação a discerni-la com mais facilidade e que possam responder a ela” (IGREJA CATÓLICA, 1985, p. 348-349). Se a vocação é um “dom de sagrada e sublime natureza”, ela também deve ser cultivada, deve amadurecer e fazer-se realmente patente na vida do jovem seminarista. A noção de “desenvolvimento”, de uma “psicologia evolutiva” parece muito adequada para compreendermos os aspectos humanos do processo vocacional. A palavra “seminário” significa “local de cultivo de sementes”, sementeira, e alude também ao sentido de desenvolver algo que está no indivíduo, de propiciar o desabrochar de algo da sua interioridade, de promover sua manifestação.

Dom sobrenatural e gratuito, a vocação “se apóia necessariamente nas qualidades naturais de modo que, se falta alguma delas, há que se duvidar com razão de que existe vocação” (IGREJA CATÓLICA, 1985, p. 349). Por isso é necessário examinar cuidadosamente os alunos, suas famílias, suas

qualidades físicas, psíquicas, morais e intelectuais, num processo de discernimento que permita oportunamente obter elementos judiciosos e corretos a respeito de sua idoneidade.

A formação sacerdotal organiza-se como um longo “período de prova”, de exame, um longo escrutínio realizado pela equipe de formadores e pelos próprios candidatos, relativo à idoneidade do sujeito e à autenticidade da vocação. O modelo é o mesmo do processo judiciário. O seminário aparece então como uma “máquina de vigiar” (FOUCAULT, 1999b), discernir e julgar a “vocacionalidade” do seminarista.

A noção de “idoneidade” remete a um critério normativo ideal utilizado para mensurar os seminaristas ao longo das diversas etapas do processo formativo: pastoral vocacional, seminário menor, seminário maior filosófico e teológico. Um sujeito idôneo é uma entidade abstrata, caracterizado idealmente como saudável do ponto de vista físico, psicologicamente normal, moralmente inatacável e intelectualmente capaz de sucesso acadêmico. Um indivíduo normal e corrente, jovem moderno, modelado pelas práticas microfísicas do poder disciplinar e pelos saberes normalizantes das ciências humanas subjetivantes. O ideal é o cultivo harmônico das diversas dimensões do sujeito em desenvolvimento, num clima familiar, baseado na confiança e amizade fraterna que deve reinar no seminário.

O seminário deve ter seu regulamento, estabelecendo normas próprias, planejando os diversos deveres dos alunos para cada dia e para o ano inteiro, organizando assim a vida no estabelecimento (IGREJA CATÓLICA, 1985).

O seminário maior que abrange as etapas do estudo da filosofia e da teologia recebe os candidatos que “desejam uma formação estritamente sacerdotal (IGREJA CATÓLICA, 1985, p. 353). Esta instituição se caracteriza pelos seguintes elementos: uma comunidade pautada pela caridade, aberta às necessidades do mundo atual, organizada como um corpo, sob o exercício da autoridade do formador legítimo em que, com a colaboração de todos, se fomente a maturidade humana e cristã dos alunos, permitindo-lhes iniciar experiências acerca da condição sacerdotal através de relações tanto de fraternidade quanto de dependência hierárquica; local onde se ensine a doutrina e as condições requeridas pelo sacerdócio que os alunos paulatinamente devem conhecer e aceitar quanto à fé, à doutrina e ao modo de vida, oferecendo-lhes a oportunidade de provar a vocação sacerdotal e de confirmá-la com sinais certos, por conduta e comportamento de modo que os responsáveis possam apresentar ao bispo um juízo certo da idoneidade do candidato ao sacerdócio.

A *Ratio Fundamentalis* (IGREJA CATÓLICA, 1985) sugere que um grande número de alunos pode ser organizado em diversas seções ou grupos, num mesmo edifício ou em prédios próximos, sob a direção de um formador que estará submisso ao reitor do seminário. Deve-se fomentar ainda a cooperação dos alunos, favorecendo a iniciativa e a consciência do dever, tanto na planificação quanto na realização da vida no estabelecimento, mas “conservando sempre definida e clara a diversa responsabilidade dos superiores e dos alunos” (IGREJA CATÓLICA, 1985, p. 355).

O regulamento disciplinar que rege o seminário deve ser observado por todos, para permitir uma autêntica vida de comunidade e o desenvolvimento da personalidade de cada um.

As normas da vida comum e privada não devem ser observadas por inércia ou coação, mas espontânea e diligentemente, por persuasão íntima e por caridade. Com o passar do tempo, de acordo com a crescente maturidade dos alunos e consciência do dever, estas normas devem ser suavizadas para que eles aprendam pouco a pouco a governar-se a si mesmos (IGREJA CATÓLICA, 1985, p. 356).

Supõe-se, então, que uma educação baseada na submissão à autoridade diretiva pode, ao longo do tempo, formar sujeitos capazes de autonomia, paradoxo curioso.

Ao tratar dos atores institucionais, a *Ratio Fundamentalis* estabelece a necessidade de diversos formadores, todos sob a coordenação do reitor, que “carrega a função principal e mais grave no regime do seminário” (IGREJA CATÓLICA, 1985, p. 357) . Os formadores devem formar um grupo que trabalha em estreita colaboração, levando uma vida comum e reunindo-se freqüentemente para organizar seu trabalho formativo, analisar as dificuldades e problemas do seminário, buscando as devidas soluções. Junto com os formadores, estão os diversos professores, colaboradores na tarefa educativa dos seminaristas.

Os alunos devem ser “selecionados de modo prudente” e precisam ser seriamente provados no decorrer de seus estudos, para verificar com certeza a vontade de Deus sobre sua vocação. O seminário se constitui, então, um lugar e tempo de provação e exame vocacional intenso e permanente, tarefa incumbida à equipe de formadores, sob a direção do Reitor do estabelecimento. Na investigação da vontade de Deus, os próprios candidatos que estão sendo provados são chamados a colaborar, auto-examinando-se pessoalmente.

Os candidatos devem apresentar certos dotes humanos e morais:

“sinceridade de alma, maturidade afetiva, urbanidade, fidelidade à palavra dada; permanente sentido de justiça, de amizade, de justa liberdade e de responsabilidade, espírito de trabalho, vontade de cooperar com os demais, etc.” (IGREJA CATÓLICA, 1985, p. 361). Precisam também demonstrar algumas qualidades espirituais tais como: “amor a Deus e ao próximo, desejo de fraternidade, capacidade de abnegação, docilidade, castidade provada, sentido de fé e da Igreja, solicitude apostólica e missionária”, além de faculdades intelectuais: “juízo reto e sensato, capacidade suficiente para realizar os estudos eclesiásticos, reta noção do sacerdócio e de suas condições etc.” Esses seriam alguns indicadores que permitiriam um julgamento adequado da presença de aptidão ou não para o sacerdócio.

Temos aí o desenho do seminarista, personagem institucional padronizado, habitante ideal do seminário católico. O perfil é próprio do homem do humanismo: sujeito da consciência, sujeito moral, dotado de interioridade psicológica e espiritual, naturalmente aberto à transcendência e tendendo a um desenvolvimento progressivo e harmonioso de suas diversas “faculdades” psicológicas, morais e espirituais. Quase se poderia pensar numa concepção inata de desenvolvimento.

A Igreja Católica constrói assim o estabelecimento-seminário, cria seus atores e um objeto institucional específico: a “vocação sacerdotal” e o “seminarista”, personagem-suporte de possível “vocacionalidade” que será incitada, promovida, observada, provada, experimentada no contexto institucional. Tudo devidamente reificado e naturalizado, ou sobrenaturalizado.

A Ratio Fundamental sugere que

em tempos determinados, examine-se a condição própria de cada aluno, contando com cada um deles, de forma que quem, de acordo com o juízo do reitor e de seus conselheiros, não for idôneo, seja convidado delicadamente, inclusive com ajuda, a abraçar outro estado de vida, para o bem da Igreja e do próprio aluno (IGREJA CATÓLICA, 1985, p. 362).

É importante definir o quanto antes a eleição do estado de vida sacerdotal para que um atraso excessivo não prejudique o próprio candidato. Provavelmente os “relatórios semestrais” emitidos pelo reitor para os respectivos bispos encontrem aqui sua justificativa.

Podemos observar como o discurso vai tecendo uma realidade ideológica permeada por elevados valores humanos e cristãos, ao mesmo tempo que instala um dispositivo institucional constituído por mecanismos microfísicos objetivantes e subjetivadores no estabelecimento seminário.

O seminário pode então ser considerado uma agência onde se visa influenciar intencional e sistematicamente o jovem candidato, como o propósito de fazê-lo desenvolver-se e de formá-lo integral e harmoniosamente. Para tanto, lança mão da formação espiritual, da formação doutrinal, dos estudos de filosofia e dos estudos teológicos (IGREJA CATÓLICA, 1985).

Poderíamos continuar com uma exposição semelhante, comentando ainda outros documentos, tais como a “Pastores dabo vobis” de João Paulo II (1992), da CNBB (1995, 2001) e de formadores (FINKLER, 1990; MÉZERVILLE, 2000; MARMILICZ, 2003) que têm a mesma tônica. Depois dessa exposição relativa ao plano do saber eclesial que dispõe sobre a formação sacerdotal, vamos estudar as concepções paradigmáticas hegemônicas na atualidade eclesial, procurando explicitar os sentidos de sua produção e seus efeitos na formação dos seminaristas.

PARADIGMAS ECLESIAIS E PEDAGÓGICOS E A FORMAÇÃO SACERDOTAL

O paradigma tridentino, que implementa uma Igreja institucional tradicional vigorou praticamente desde a Idade Média até às vésperas do Concílio Vaticano II (1962-1965). Podemos considerar a Igreja católica como sujeito atuante, já o homem e o mundo seriam ‘objetos’ sobre os quais ela atua. A Igreja se concebe desde o estamento hierárquico e acentua a visibilidade e a organização de sua dimensão institucional. Nessa perspectiva, a Igreja hierárquica ensina, santifica e governa com a autoridade divina conferida por Cristo aos apóstolos e aos seus sucessores. Ao povo fiel, aos leigos, cabe a obediência.

Esse paradigma institucional parte da noção da Igreja como *Societas Perfecta* e realça a visibilidade de suas estruturas institucionais, em detrimento das pessoas. Na história da Igreja, este surto institucionalista surgiu com a reforma gregoriana, promovida pelo papa Gregório VII (1073-1085), autor do famoso código que instaura a supremacia pontifícia na Igreja, o *Dictatus Papae*. O objetivo desse papa era retirar a Igreja da influência e subordinação aos leigos poderosos de então: imperadores e nobres que submetiam a Igreja. Esse movimento institucionalizante vai crescendo, se aperfeiçoando e consolidando com o Concílio de Trento (1545-1565) e finalmente atinge o ápice no Concílio Vaticano I (1870) que define e proclama a infalibilidade papal. Desde então, o papa se tornou a figura proeminente na instituição eclesial, concentrando o poder em suas mãos (KÜNG, 2002).

Há uma história da construção do papado e da centralização institucional eclesial. A autoridade do papa, do Pontífice Romano, goza de inquestionável respeito no contexto eclesial católico. Há mesmo uma ideologia e uma certa “mística” da primazia do bispo de Roma como autoridade suprema na Igreja Católica que é constantemente alimentada e cultivada nos ambientes católicos, promovendo um culto à personalidade do papa e atitudes de subservidência, de submissão, de admiração e emulação.

Mas a Igreja foi desde o princípio organizada de modo hierárquico, monárquico e centralizada no papa como Sumo Pontífice? Quanto há de construção humana e histórica naquilo em que a Igreja católica se constitui na atualidade?

A história revela que inicialmente a Igreja não era centralizada como na atualidade (KÜNG, 2002). As comunidades cristãs espalhadas por cidades e regiões próximas funcionavam com autonomia, dirigidas por um bispo que cuidava dos assuntos locais. O bispo de Roma não estava acima dos demais nem tinha qualquer prerrogativa sobre eles. A autoridade máxima na Igreja eram os concílios, autoridade portanto colegial.

De acordo com Küng (2002), o sistema romano é a espinha dorsal do paradigma hegemônico na Igreja católica. Ele foi construído lenta e tenazmente durante séculos, caracterizando-se pela reivindicação da primazia suprema do bispo de Roma sobre toda a Igreja católica. A figura do papa como supremo pontífice dos seguidores de Jesus Cristo católicos teria uma construção histórica complexa. No século XI d.C., o processo de romanização eclesial chegou ao auge, implantando cinco aspectos importantes que caracterizam o sistema romano até a atualidade: centralização, legalização, politização, militarização e clericalização.

Em Roma, com Gregório VII e Inocêncio III, a igreja papal se tornou absolutista e se autodemominou “mãe”. A Igreja inicialmente se constituía como uma associação, uma confederação de comunidades episcopais, sem uma autoridade central sobre todas as igrejas, o concílio era a autoridade maior, baseado no consenso e na colegialidade episcopal. Mas a Igreja medieval estabeleceu o papa como um monarca absoluto, único soberano com primazia sobre a Igreja toda. A Igreja de Roma, presidida por seu bispo, o papa, passa a ser considerada “Mãe, Cabeça e Mestra” de todas as igrejas.

Esse governo centralizado da Igreja exigia como condição um direito especial, o “direito canônico”, um código de leis especificamente eclesial. Então a Igreja católica do Ocidente desenvolveu um direito próprio, criando a ciência do Direito Canônico. Estes estatutos legais eram tão complexos e sofisticados quanto os estatais, totalmente centrados no papa, instituído

como governante, legislador e juiz absoluto do cristianismo, a quem inclusive reis estavam submetidos.

A Igreja centralizada no Papa e organizada pelo Direito Canônico se politizou e buscou intervir com frequência nos assuntos seculares, de modo direto ou indireto, competindo com o Estado. A nomeação dos bispos era uma questão chave e o papado lutou durante séculos para concentrar em suas mãos o poder exclusivo de escolhê-los e nomeá-los, disputando-o com os reis e com a nobreza ao longo da história.

Houve também um processo de militarização eclesial e passou-se a utilizar a violência como meio legítimo para fins espirituais e na busca da expansão do Cristianismo. Contra a tradição pacífica da igreja inicial, promoveram-se guerras de conversão, contra pagãos, contra hereges, até houve as Cruzadas, guerras contra outros cristãos.

Uma igreja de celibatários estabeleceu a proibição do casamento para os ministros ordenados, lei medieval que contribuiu muito para separar o 'clero-hierarquia' do 'povo-leigo', que passava a estar subordinado ao clero. Os clérigos celibatários ocidentais estavam separados do povo cristão por sua condição célibe: gozavam de uma posição socialmente superior e distinta, pois lhes era suposta uma maior perfeição moral. Em termos de poder político, os leigos passaram a ser cristãos de segunda ordem que estavam de fato excluídos da Igreja: apenas o clero, como administrador dos meios da salvação, formava "a igreja". Esta igreja clerical tinha uma organização hierárquica e monárquica que culminava no papado.

Esse processo de construção, institucionalização e concentração de poder na hierarquia foi sendo levado avante de modo gradual e seguro. A Igreja se define nessa perspectiva, como comunidade de desiguais, com nítida separação e distância entre os ministros ordenados, religiosos e povo leigo. Ela se configura como uma instituição autoritária, rígida e fechada, contrária tanto a mudanças em si mesma quanto na sociedade, na cultura e na política. Sua preocupação maior é com os problemas morais, pessoais ou familiares, não dando ênfase e mesmo se opondo a uma maior participação comunitária, destaca e concentra a vivência eclesial na dimensão sacramental, é sacramentalizante.

Outras características dessa eclesiologia são: o clericalismo, o juridicismo e o triunfalismo, com tendência à rigidez doutrinal, conformista, de orientação eclesiocêntrica, caindo no perigo de substituir o Reino de Deus pela Igreja institucional. Seu eixo principal gira em torno da questão da autoridade/obediência.

A hierarquia eclesiástica está alinhada com os interesses das classes sociais dominantes. Seu modelo de sociedade é o da organização social hi-

erárquica ou monárquica. Politicamente é conservadora e sua ideologia é autoritária. Sua estrutura típica é constituída pela paróquia tradicional e pelas associações piedosas. Sua estratégia social se baseia no assistencialismo e na esmola. Sua metodologia pedagógica é tradicional: parte da exposição autoritária da doutrina, criando subordinação e passividade. No plano intra-institucional, o clero ocupa o lugar central de comando, é o detentor do sagrado e o povo é apenas freguês obediente.

Nesse paradigma, o seminário tende a adotar a estrutura clássica conventual ou monástica, o dispositivo institucional formativo seria clericalizante e se configuraria claramente como uma instituição total panóptica (GOFFMAN, 1987; FOUCAULT, 1999a, 1999b).

O trabalho pastoral segue uma linha predominantemente sacramentalista. Mantém-se a distinção entre o mundo religioso (separado e sagrado) e o mundo profano (secular e pecaminoso). A Teologia é escolástica, dogmática e doutrinária. A liturgia é rubricista e limitada aos ritos pré-fixados pela autoridade eclesíastica. A Bíblia é lida e interpretada de modo fundamentalista e a missão evangelizadora é compreendida como uma cruzada proselitista que deve conquistar e converter os pagãos à fé católica. Sua espiritualidade é pietista, individual e “espiritualista”, tendendo a um angelismo desencarnado. A moral tem apenas uma dimensão privada, sem implicações coletivas, sociais.

Os significantes que identificam o ‘paradigma neo-conservador’ são “Igreja como comunhão e participação” (COMBLIN, 2002). Essa eclesiologia nasce a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), tomado como expressão definitiva da Igreja que deve ser conservada e transmitida. Rompendo com o modelo eclesiológico anterior, a Igreja utiliza os termos “Povo de Deus” e “Corpo de Cristo” para enfatizar a concepção de Igreja como comunidade, organismo vivificado pelo Espírito Santo, que inspira e conduz todos os fiéis, tal como os cristão dos primeiros tempos.

A Igreja recupera sua identidade como “mistério” e se entende como sacramento (sinal) que tem a tarefa de representar historicamente a graça redentora de Cristo encarnado em todas as culturas. Pretende ser uma Igreja em diálogo com o mundo moderno e com as demais denominações religiosas.

Sua eclesiologia é trinitária: a Igreja vem da Trindade, estrutura-se tal qual a Trindade e se encaminha para a consumação trinitária da história humana. Considera-se um ser na história e não um mero ser da história, entende-se como humana e divina, como mediação sacramental necessária para a realização da salvação que Jesus trouxe para a humanidade.

Essa tendência neoconservadora traz em seu bojo a tensão entre dois

paradigmas eclesiais: o da *Societas Perfecta* e o da *Communio Fidelium*. Ela encarna as contradições entre abertura e fechamento; inovação e retrocesso; entre participação dos leigos e centralização clerical; entre democracia, igualdade, co-responsabilidade, diálogo, colegialidade e autoritarismo paternalista. O discurso é liberal, permissivo, centrado na pessoa; quer ser personalizante, mas a prática política e pastoral é ambígua, pois tende a colocar limites, a coagir; é burocrática, administrativamente eficiente, mais centrada nas estruturas.

Outras características dessa eclesiologia são: pautar-se pela letra do Concílio Vaticano II (1962-1965) para construir uma nova identidade católica; focada na classe média urbana e letrada, dirige-se ao homem moderno, crítico, cidadão; faz referência aos pobres do terceiro mundo apenas a partir da doutrina social da Igreja pós-conciliar.

Seu modelo é o da sociedade liberal e do homem como indivíduo, com tendência para o individualismo. Sua estrutura primária é a paróquia renovada, com leigos ‘participativos’ (normalmente ‘tarefeiros’ subordinados que não participam do processo de planejamento e deliberação, meros executores das decisões emanadas da autoridade clerical), com conselhos consultivos de pastoral e de finanças. A posição política é reformista e o engajamento social tende para o empenho na promoção dos direitos humanos, dentro de uma perspectiva burguesa.

Quanto à metodologia pedagógica, é renovada: utiliza as aquisições da modernidade, valorizando a vivência pessoal, a experiência existencial, o testemunho pessoal que produz impacto emocional, destaca aspectos positivos das realidades terrestres e busca a melhoria das condições de vida através do trabalho. As relações intra-institucionais são pautadas por uma atitude paternalista do clero: o padre lidera (administra, coordena, supervisiona, planeja, decide) e o fiel é seu colaborador (ajuda na implementação do programa formulado). O método histórico-crítico influencia a leitura e interpretação da Bíblia.

O seminário continua seguindo as estruturas tradicionais, mas com novos complementos pedagógicos: o discurso tende a ser democrático e participativo (a partir do conceito de “formação participativa” (MARMILICZ, 2003, p. 217-239), fala-se de “liberdade com responsabilidade”, sem explicitar liberdade de quê ou responsabilidade sobre o quê), mas as estruturas e a prática da gestão institucional permanecem autoritárias e centradas nos padres formadores.

A pastoral pode ser denominada “espiritualista e humanista”. Quer se centrar na pessoa humana. Tende a exacerbar a procura por experiências religiosas intimistas, emocionais e psicologicamente satisfatórias, consola-

doras, podendo chegar a uma autocontemplação paralisante. Aspectos típicos dos novos movimentos religiosos que surgiram posteriormente ao Concílio Vaticano II (1962-1965).

A Teologia é renovada, progressista, enquanto a liturgia se fixa em celebrações nas quais predomina a dimensão emocional, a alegria e um entusiasmo ingênuo, coletivo, com tendência para o fideísmo e para a irracionalidade. Importa a conversão pessoal e a vida nova em Cristo. A Igreja se define como sacramento do Reino no mundo secularizado, que deve ser evangelizado e convertido à fé em Jesus, na tentativa de construir uma neocristandade. A missão é evangelizar a massa, encarnando-se nas situações humanas para elevá-las até Deus. A espiritualidade transita para a ênfase na comunidade, sendo cultivada e fortalecida em inúmeros “encontros” dos mais variados matizes, instrumentalizados pelos diversos movimentos religiosos que pululam no contexto eclesial pós-conciliar. A moral tende para as formulações tradicionais, restritivas e repressoras, insistindo em posições antiquadas para a moderna sensibilidade dos cristãos urbanos e cultos.

Este paradigma apresenta os impasses de uma Igreja que diz que deseja abrir-se para a modernidade, atualizar-se e tornar-se significativa para o homem atual, mas que fica paralisada pelo medo da novidade que significa assumir a radicalidade evangélica: fazer-se pobre e para os pobres, destinatários privilegiados da boa-nova anunciada por Jesus. Quer reformas, mas apenas para manter tudo como está.

No *paradigma libertador* o lema é “Igreja como Povo de Deus”, de acordo com Comblin (2002). O Concílio Vaticano II (1962-1965) foi considerado bastante avançado em termos eclesiológicos, mas, para ser fiel ao seu “espírito” aberto e dialogante com a modernidade e com as demais denominações religiosas, é preciso superar a “letra” histórica do próprio Concílio. A Igreja deve manter a abertura e encaminhar-se dialogicamente com as culturas em vista de sua missão de construir o Reino de Deus.

O ponto de partida dessa tendência eclesial é a Igreja como servidora da humanidade, tanto na dimensão pessoal quanto social. Superando a ênfase na instituição perfeitamente estruturada, como lugar de proclamação confessional ou de celebração cultural, a Igreja se constitui como Povo de Deus convocado para viver em comunhão, capaz de viver a fé e discernir a promessa de Deus, sua aliança e presença no meio de nós. Privilegia-se a liberdade do e no Espírito Santo, em relação às instituições.

Na América Latina, o episcopado ao procurar aplicar as orientações do Concílio Vaticano II (1962-1965) no continente, descobriu a libertação

da maioria dos pobres e miseráveis como novo horizonte de atuação eclesial: o pobre oprimido que clama por libertação foi descoberto como novo sujeito eclesial. Assim sendo, a Igreja deve ser entendida não apenas nem principalmente como realidade institucional, mas enquanto acontecimento salvífico a partir do pobre.

O conceito de Povo de Deus que ressurge nos textos conciliares fornece o instrumento capaz de superar os limites dialéticos dos paradigmas eclesiais anteriores, que não favoreciam a implementação prática de um governo e instituição eclesial baseados na caridade (COMBLIN, 2002). A comunhão é interpretada como luta pela justiça e pelo direito, critério de discernimento da adequação entre a teoria (Teologia) e a práxis (prática pastoral). Não é o plano jurídico, o direito quem funda a Igreja, ele pode apenas organizá-la ao reconhecer sua existência. A Igreja nasce da base, dos cristãos batizados na força do Espírito Santo, cidadãos iguais da Igreja e do Reino de Deus. O Espírito Santo cria a Igreja a partir da base: essa inspiração move as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

A libertação espiritual e religiosa inclui indissolavelmente a libertação social, política e econômica, sem exclusão de uma ou de outra. Aí a Igreja exerce sua função profética de anúncio e de denúncia, na construção do Reino anunciado por Jesus Cristo. Trata-se de uma Igreja não apenas para os pobres, mas de uma Igreja que, a exemplo de Jesus de Nazaré, se torna pobre.

Predomina a fé e a confiança de que Jesus está presente, dinamizando sua Igreja pela ação do Espírito Santo. A autoridade é necessária, porém ela se manifesta como serviço, sem se colocando acima da comunidade, mas em meio a ela. Tal Igreja se aproxima da forma da Igreja primitiva, privilegiando as dimensões carismáticas e proféticas focadas no pobre. O Evangelho é pregado como boa-nova e não como doutrina.

Este paradigma eclesiológico trabalha pela transformação da realidade no Reino de Deus, caracterizada pela dimensão comunitária, centrada na Palavra, no compromisso com a justiça através da opção pelos empobrecidos e marginalizados, organizada como diversidade de ministérios de comunhão e participação.

Tal modelo eclesial realça a compaixão e a misericórdia como atributos maiores de Deus Pai. Ele se revela nas escrituras como Deus de compaixão que ouve o clamor do povo oprimido no Egito (Ex 34,6) e vem libertá-lo. Jesus também revela em sua vida a compaixão do Pai no seu desígnio de salvação dos pobres e pecadores (Lc 4,14-21; 6,36). A misericórdia é erigida como a estrutura fundamental da humanidade e do cristão.

Foi em Medellín (1968) e em Puebla (1979) que as características distintivas desse paradigma se tornaram mais evidentes. A Igreja deve se converter e alinhar-se com os pobres da sociedade, defendendo sua causa. A base eclesial é constituída pela classe popular, que congrega a maioria dos cristãos pobres e oprimidos do continente latino-americano. O modelo social tomado como referência é o socializado, cooperativo, solidário, comunitário, pautado por uma ideologia democrática. Superando a paróquia, as comunidades eclesiais de base (CEBs) se espalharão em rede pelo tecido social, assumindo uma postura política libertadora e engajada na luta pela justiça social, com base no Evangelho.

O posicionamento social se organiza no trabalho de conscientização e organização das forças populares em favor da justiça do Reino de Deus. É transformador e revolucionário. A metodologia pedagógica segue a pedagogia dialética, partindo do questionamento e da crítica do sistema que é construído sobre valores contrários aos do Reino, parte da vida, produz autonomia e leva ao compromisso solidário.

As relações intra-institucionais são baseadas na co-responsabilidade do clero e dos leigos em todos os níveis da vida eclesial e a linha pastoral implementa uma prática de evangelização libertadora. O presbítero será o animador de uma Igreja toda ministerial. Os agentes de pastoral se inserem no mundo e a missão da Igreja é entendida como profética e libertadora.

Aqui já não podemos falar em seminário no sentido clássico, pois ele tende a ser uma instituição eminentemente clericalizante. Haverá que criar outras modalidades de preparação dos ministros ordenados que não sejam clericalizantes (LIBANIO, 2000). A Igreja deve construir-se estruturalmente como toda ministerial e o modelo paroquial-clerical será superado. O presbítero não será mais preparado para formar uma casta separada e superior aos leigos, que vive de privilégios feudais, mas será um homem a serviço deles. É possível que o presbítero seja alguém que trabalha profissionalmente para se sustentar e também se dedique ao serviço pastoral da comunidade.

A Teologia é a da Libertação integral do homem e da natureza, e a liturgia busca celebrar a fé e a vida. A Igreja se posiciona como servidora do Reino que começa já na história, quando se promove a vida, critério fundamental, dom máximo de Deus Pai. A narrativa da ação divina na história, narrativa libertadora de Deus, é a pauta de leitura e interpretação da Bíblia. A espiritualidade é encarnada na vida; a santidade integra a dimensão pessoal e a social. Trata-se de uma santidade exigente, rigorosa, congruente que quer traduzir e existencializar politicamente a caridade, pois busca viver os

valores do Reino quando se empenha em organizar a vida social em direção ao bem comum.

A formação sacerdotal está permeada pelo ideal humanista de educação, partindo de uma concepção de educação entendida como formação integral do homem. Podemos afirmar que um sistema de ensino sempre se ordena em função de uma representação do que seja a educação. Essa representação costuma abrigar em seu bojo um desejo: que os indivíduos alcancem, com sua formação, uma certa maneira de ser, pensar, agir, amar, trabalhar e que se relacionem entre si na vida social. Essa representação e esse desejo não são meramente reflexo ideológico de uma certa ordem do mundo, mas são de fato constitutivos da realidade. Um projeto educativo sempre traz embutido uma interpretação, uma visão geral do que sejam o homem e sua sociedade. Educar o homem significa, então, construir esse mesmo homem. Educar-se é conquistar sua própria humanidade, tornar-se sujeito, agente, construtor ativo, artífice de si e do mundo em que se vive. Há um profundo nexo entre as dimensões ético-político-estéticas e científica em tal perspectiva pedagógica.

Com base nessa contextualização socioeclesial, qual seria o modo de funcionamento da instituição eclesial em cada paradigma? E que tipo de estabelecimento de formação do clero cada paradigma tenderia implementar? Quais seriam seus possíveis efeitos em termos de produção de subjetividade?

Em termos de produção de subjetividade, o paradigma tridentino é sobrecodificador, autoritário e tende a produzir uma subjetividade serializada e submetida. O paradigma neoconservador pode ser considerado uma estratégia hegemônica de manter a dominação, mas com o uso de um discurso ideológico liberal e inovador que recobriria práticas contraditoriamente autoritárias. Seus efeitos éticos não são muito diferentes dos do paradigma anterior, embora haja algumas brechas que podem ser aproveitadas. Mas ainda não se produzem sujeitos dotados de capacidade de autodeterminação, temos ainda sujeitos sujeitados. Já o terceiro paradigma tem como objetivo mais claro a autogestão e a auto-análise, com orientação para a produção de subjetividade singularizada.

CONCLUSÃO: O SUJEITO COMO PRODUTO/PRODUTOR DO AMBIENTE SOCIOHISTÓRICO E INSTITUCIONAL

Até que ponto um indivíduo consegue fazer frente às determinações sociohistóricas e institucionais?

Uma perspectiva centrada no sujeito individual pode entendê-lo como uma realidade completa e, de certa forma, fechada em si mesma (como se

um indivíduo se desenvolvesse solitária e autonomamente em um tubo de ensaio, numa estufa, e não no convívio social e cultural humano mais amplo) que se relaciona com um mundo e com objetos que lhe são externos, também entendidos como realidades autônomas, completas e distintas do sujeito. Nesse caso, uma coisa seria o sujeito, outra o mundo, o ambiente, a realidade social e histórica. Estamos aqui, evidentemente, no paradigma sujeito-objeto, paradigma dicotômico e não-dialético.

Nesse sentido, o sujeito seria dotado de uma vontade potente, capaz de enfrentar exitosamente as determinações sociohistóricas e institucionais. O voluntarismo é a crença romântica na capacidade que o sujeito (distinto e autônomo, exterior e independente do ambiente sociohistórico e institucional) tem de fazer frente a todas as adversidades e contrariedades ambientais, com proveito de seus aspectos positivos e as oportunidades de crescimento que lhe são oferecidas no estabelecimento. Mesmo que haja falhas, problemas ou falta de consistência na oferta institucional, o sujeito deveria ser capaz de perceber e aproveitar os aspectos positivos da realidade do seminário para seu crescimento pessoal. Esse seria realmente o protagonista do seu processo formativo! Estaria personalizando a formação, ao assumi-la de modo pessoal e responsável. O sujeito pode tudo, basta querer. Caso o sujeito não tivesse êxito, seria por incapacidade, preguiça ou comodismo.

A perspectiva centrada na instituição vai destacar os aspectos condicionantes e determinantes da estrutura ambiental sobre o comportamento e o desempenho do sujeito. Nesse caso, o sujeito seria produto condicionado por poderosos determinantes, com exíguo espaço para a autonomia, para o exercício da vontade pessoal, e com a capacidade de escolha e de decisão bastante difíceis. O sujeito então não poderia nada.

Buscando superar essas perspectivas dicotômicas nas quais o sujeito pode tudo ou não pode nada, podemos pensar uma abordagem dialética na qual o sujeito é produto/produtor do ambiente sociohistórico e institucional, condicionado, mas não determinado, em último grau. Ao entender quais sejam os determinantes que o marcam e condicionam, o sujeito pode interferir nesses determinantes, agindo no plano macro e micropolítico.

Uma abordagem genealógica procura entender a produção social de sujeitos e instituições, de sujeitos nas instituições a partir da intersecção entre saberes, poderes, discursos, práticas e ética. As instituições não são vistas como obstáculos ou como promotoras do desenvolvimento do sujeito, são intermediárias necessárias e possuem funções sociais múltiplas: educação, tratamento, punição, normalização. Nem todas essas funções são explícitas. Normalmente, uma instituição declara em seus estatutos oficiais quais são

seus objetivos, finalidades, metodologia, clientela etc. Nesse sentido, toda instituição se apresenta como portadora de uma encomenda social que geralmente tem grande dificuldade em atender (quando não falha redondamente). E quando ela falha e no aspecto em que falha, podemos detectar sua provável função predominante, que deve ser deduzida de sua estrutura e do sentido global de sua produção social.

Quando a escola falha em sua função educativa, ela se revela como instituição disciplinar e normalizadora. Quando o manicômio falha em tratar e curar a loucura, ele se revela como aparelho de gerenciamento da subjetividade desviante do padrão dominante (GOFFMAN, 1987). Quando a prisão falha em ressocializar o criminoso e o infrator, ela se revela como gerenciadora da delinquência, forma recuperada e adestrada da ilegalidade geral (FOUCAULT, 1999b). Quando o seminário falha em sua tarefa de preparar presbíteros servidores do povo cristão, ele tem sucesso enquanto instituição clericalizadora. Até o imaginário, as representações sociais hegemônicas no ambiente do seminário são as do padre clericalizado.

Referências

- BAREMBLITT, G. F. (Org.). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1998.
- BENELLI, S. J. *Pescadores de homens: estudo psicossocial de um seminário católico*. São Paulo: Unesp, 2006.
- CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Formação dos presbíteros da igreja no Brasil: diretrizes básicas*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Metodologia do processo formativo: a formação presbiteral na igreja do Brasil*. São Paulo: Paulus, 2001.
- CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Vida e ministério dos presbíteros: tema central da 42ª assembléia geral da CNBB*. São Paulo: Paulus, 2004.
- COMBLIN, J. *O povo de Deus*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.). *Ensaio de loucura e civilização*. 1. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.141-168, 2000.
- FINKLER, P. *O formador e a formação*. Tradução de L. R. S. S. Malta. São Paulo: Paulinas, 1990.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de R. C. M. Machado e E. J. Morais. Rio de Janeiro: Nau, 1999a.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de R. Ramalhe. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de D. M. Leite. 2. ed. São Paulo: Pers-

pectiva, 1987.

IGREJA CATÓLICA. *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 1982.

IGREJA CATÓLICA. *Código de direito canônico*. Tradução da CNBB. 12. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

IGREJA CATÓLICA. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*. Madrid: Loyola, 1985.

JOÃO PAULO II. *Sobre a formação dos sacerdotes: pastores dabo vobis*. São Paulo: Paulinas, 1992.

KUNG, H. *A Igreja Católica*. Tradução de A. C. Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

LIBÂNIO, J. B. *Igreja contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000.

MARMILICZ, A. *O ambiente educativo nos seminários maiores do Brasil: teoria e prática*. Curitiba: Vicentina, 2003.

MÉZERVILLE, G. *Maturidade sacerdotal e religiosa: um enfoque integrado entre psicologia e magistério*. Tradução de J. R. Costa. São Paulo: Paulus, 2000.

Abstract: in this article we specified a diagnosis which National Conferences of Brazilian Bishops (2004) has framed Brazilian situations of clergy. Following, we searched elements which purvey a socio-ecclesiastical argument by difficulties met: we studied the official speech about priestly formation and we analyzed some contradictory and divergence ecclesiastical paradigms, inquiring to detect their effects in terms of subjectivity production and their influences at the establishments of clergy formation.

Key words: Social Psychology, Ecclesiastical Paradigms, Clergy Formation

* Este artigo é parte da pesquisa de doutorado A Produção da Subjetividade na Formação Contemporânea do Clero Católico, que está sendo desenvolvida por Sílvio José Benelli, sob orientação do Prof. Dr. Geraldo José de Paiva, no Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social – Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, com financiamento da Capes.

SÍLVIO JOSÉ BENELLI

Doutorando em Psicologia Social no Instituto de Psicologia, USP, São Paulo. Psicólogo. *E-mail:* sjbewelli@yahoo.com.br